

Extrativismo: a pedra no caminho do desenvolvimento

Manuela L. Picq, Universidad San Francisco de Quito USFQ

É ao menos irônico que a América Latina lute contra a desigualdade usando modelos de desenvolvimento que frequentemente reproduzem as desigualdades coloniais. As fortes assimetrias dentro da região são objeto de preocupação constante. Apesar da eleição de governos de esquerda no começo do milênio e do *mainstreaming* de programas de redistribuição de renda do tipo Bolsa Família, a América Latina mantém os mais altos índices de desigualdade no mundo com coeficiente de GINI de 0,50 em 2010. A contradição reside em querer enfrentar as iniquidades com modelos de desenvolvimento extrativistas que são, eles mesmos, geradores de desigualdades.

Ideias acerca do desenvolvimento devem expandir seus enfoques predominantemente econômicos para adotar perspectivas sociais. Hoje, medidas de desenvolvimento consideram redistribuição de renda e participação para além do enfoque restrito ao produto interno bruto. No entanto, as estratégias de produzir desenvolvimento mudaram pouco. Projetos de desenvolvimento seguem sendo fundamentalmente extrativistas, buscando a inserção da América Latina nos mercados globais através da exportação de produtos primários. O paradigma do desenvolvimento latino-americano continua sendo a transformação da periferia em centro, seus cálculos econômicos, não ecológicos, enfocados em aumentar a produtividade e a acumulação de capital. O problema desse modelo reside no fato de que projetos extrativistas não se fazem em qualquer lugar, mas principalmente em territórios indígenas como a Amazônia. O desenvolvimento de hoje continua exibindo a mesma cara extrativista da época colonial e oligárquica, atado a uma ontologia política eurocêntrica de instrumentalização da natureza e expropriação indígena.

O sistema extrativista na América Latina não só exacerba dependências históricas, como também revela a colonialidade enraizada de conceitos desenvolvimentistas. Ainda são os povos indígenas quem pagam o preço do desenvolvimento nacional, para eles sinônimo de exploração e destruição. Suas demandas de livre determinação são mais que lutas por territórios ancestrais: elas oferecem alternativas para repensar os meios e os fins do desenvolvimento. Desenvolver significa descolonizar.

Dependência extrativista

O extrativismo se confunde com as origens do Estado na América Latina. Muita coisa mudou desde a extração colonial nas minas de Potosí, mas o que não mudou é a dependência à exportação de commodities. O extrativismo mineiro foi complementado com petróleo; a produção de soja suplantou a borracha. Mas a economia regional ainda se caracteriza por padrões de exploração intensiva de recursos naturais. Longe de reverter a tendência histórica, alguns países até acentuaram sua dependência em recursos naturais e capital externo. Apesar de o extrativismo gerar baixas taxas de produtividade e escasso bem-estar, ainda assim muitos países apostam nas indústrias extrativas como motor do desenvolvimento.

O boom extrativista perpassa toda a região. O Peru aumentou em 10 vezes suas despesas com mineração em uma década. Em 2002, 7,5 milhões de hectares foram concedidos a companhias mineiras; em 2012, esse número saltou para quase 26 milhões, o equivalente a 20% da superfície nacional. Hualgayoc é um caso extremo com 91% do distrito cedido a companhias mineiras. A metade das exportações peruanas é de minérios destinados para a China. Não surpreende que novas leis tenham diminuído as regulações ambientais e os requerimentos de consulta prévia para satisfazer a demanda internacional. O presidente colombiano Juan Manuel Santos prometeu tornar o país em *powerhouse* mineira para atrair investimentos estrangeiros. Quase 40% do território está licenciado ou sendo licenciado a companhias multinacionais para extrativismo mineiro ou petroleiro.¹ No Chile, 25% do território estavam em processo de exploração extrativista em 2010. O México abriu o setor energético antes controlado pelo Estado a investimentos estrangeiros: a nova legislação autoriza multinacionais a extrair petróleo e gás natural pela primeira vez desde 1938. A principal exportação da Nicarágua em 2013 era ouro. Até o carismático ex-presidente José Mujica louvou publicamente o extrativismo mineiro para melhorar a qualidade de vida no Uruguai.

Nesse cenário extrativista, a dependência a capitais estrangeiros tem se diversificado mais do que declinado. O novo ator regional agora é a China, que oferece empréstimos quase imediatos, mas também mais caros que o Banco Mundial. Frequentemente, os empréstimos chineses exigem acordos cruzados de venda de recursos naturais como petróleo, caso da Venezuela, que recebeu a metade dos empréstimos chineses na região desde 2005. A China compra cerca de 40% do cobre peruano e 60% do petróleo equatoriano.

O extrativismo também implica altos custos socioambientais. Indústrias extrativas desalojam comunidades, geram lixo tóxico e escassez de recursos, provocando conflitos sociopolíticos por água, solo e subsolo. O pior é a mineração a céu aberto que usa quantidades insustentáveis de água. A infame mina Marlin na Guatemala, originalmente financiada pelo Banco Mundial e hoje propriedade da Goldcorp do Canadá, consome numa hora a mesma quantidade de água que uma família camponesa local usa em 22 anos.² No Chile, a mineração consome 37% da eletricidade produzida, comparado a 28% no setor industrial e 16% no residencial. À medida que o Estado chileno expande suas fontes energéticas, também acelera desalojamentos e a transformação de terras agrícolas em projetos hidroelétricos.

Desenvolvimento em detrimento dos povos indígenas

A economia extrativista não tem uma geografia democrática: ela avança principalmente em territórios indígenas. Os povos amazônicos continuam pagando o preço desse suposto desenvolvimento à medida que a fronteira extrativa se expande na Amazônia. Desde 1970, 84% da Amazônia peruana estiveram sob concessões de petróleo ou gás natural em algum momento; em 2009, mais de 40% seguiam sob concessões ativas ou em processo de negociação.³ Cerca de 55% desse extrativismo estavam localizados em territórios

¹ Peace Brigades International (2011) "Mining in Colombia: At What Cost?" *Colombia Newsletter* 18:1-47.

² Van de Sandt, J. (2009) *Mining Conflicts and Indigenous Peoples in Guatemala*. The Hague: Cordaid.

³ Orta-Martínez, M & M Finer (2010) "Oil frontiers and indigenous resistance in the Peruvian Amazon,"

indígenas. Esse padrão afeta toda a Amazônia ocidental. Em 2010, o Foro Permanente Sobre Temas Indígenas das Nações Unidas reportou que 80% dos territórios legalmente reconhecidos como indígenas na Colômbia haviam sido concessionados. Isso significa quase 9 milhões de hectares de reservas indígenas designadas como áreas petrolíferas. Na Amazônia oriental, estima-se que 91% da destruição da floresta tropical amazônica é consequência da agricultura animal. Na América Latina, o gado tem um custo ambiental 18 vezes maior que toda a renda que produz.

A hidroelétrica Belo Monte mostra como a Amazônia paga o preço do desenvolvimento brasileiro. Apesar da oposição popular e da resistência ativa dos povos do Xingu contra a terceira maior barragem no mundo, a Presidente Dilma Rousseff insistiu em avançar com um projeto que viola direitos à livre determinação indígena. Belo Monte promete ser outra Balbina, a hidroelétrica construída pela ditadura militar em nome do desenvolvimento e que inundou uma área equivalente a sete vezes a Bahia de Guanabara. Como Balbina, Belo Monte já tem um impacto devastador sobre os povos e ecossistemas; como Balbina, seu *output* energético para zonas urbanas distantes não justifica a extensa destruição. Como nos anos 70, o governo justifica megaprojetos como meio necessário para erradicar a pobreza e sustentar o crescimento econômico. De novo, os povos indígenas não foram consultados e suas demandas foram reprimidas pelo Estado. O Brasil mantém um desenvolvimentismo fundado na expropriação dos povos amazônicos. De fato, a maioria dos 500 megaprojetos de infraestrutura da Iniciativa Regional pela Integração da América do Sul, financiada pelo Brasil, está localizada na Amazônia.

A economia política extrativista se funda em desigualdades globais de exploração, entre e dentro de países, muitas vezes acompanhadas de conflitos sociais. O Observatório de Conflitos Mineiros na América Latina estima haver 195 conflitos ativos atribuídos à grande mineração. Peru e Chile lideram com 34 e 33 conflitos respectivamente, seguido do México com 28, Argentina com 26, e Brasil com 20. A mega-mineração afeta cerca de 300 comunidades, muitas localizadas em territórios indígenas.

Além de reproduzir a dependência histórica, o problema com tais modelos é tratar as terras indígenas como *terra nullius*, ignorando a livre determinação indígena, para adquirir seus territórios e vendê-los a indústrias extrativas alimentada pela voracidade do capitalismo global. Os conflitos extrativistas não são meros temas secundários ou problemas indígenas. Eles invocam grandes debates sobre um modelo de desenvolvimento baseado na comercialização da natureza, onde a indústria extrativa é estratégica para financiar a construção do estado.

Cosmovisão indígena para des-desenvolver

Os povos indígenas representam apenas 5% da população mundial, mas seus territórios ancestrais, que cobrem perto de 22% da superfície do planeta, resguardam 80% da biodiversidade. Apesar da economia política extrativista que ameaça os povos indígenas ser a mesma que provoca a crise climática, esse dado fundamental parece irrelevante na América Latina. Nem as agendas sociais, nem os governos de centro ou de esquerda

redefiniram o modelo regional de desenvolvimento. As vítimas mais imediatas desse modelo de desenvolvimento são claramente os povos indígenas. No longo prazo, porém, todos pagaremos o preço desse ‘desenvolvimento’.

A livre determinação dos povos indígenas é mais que uma questão de direito internacional como definidos pela Convenção 169 da OIT (1989) ou pela Declaração das Nações Unidas sobre os Povos Indígenas (2007). É um tema fundamentalmente vinculado à relação da humanidade com a natureza. As culturas indígenas têm uma dimensão de responsabilidade e reciprocidade com a natureza, devolvem mais do que tomam, como o evidencia a própria Amazônia. Sabemos por exemplo que territórios indígenas são tão ou mais eficientes em reduzir o desmatamento que zonas protegidas. Além de um direito humano, a livre determinação é uma forma de restauração ecológica. Portanto, as resistências indígenas contra megaprojetos extrativistas são formas de resistência cultural, ecológica e política.

O desenvolvimentismo indiferente à dinâmica extrativista perpetua a mercantilização da natureza – reproduzindo o paradigma de uma modernidade eurocêntrica que subjuga a natureza ao progresso do ser humano. Os conceitos indígenas de interdependência entre homem e natureza não são pré-capitalistas, mas anticapitalistas. Não são o passado político de uma América Latina moderna, mas outra forma de fazer política para uma outra América.

A usurpação unilateral de terras com fins desenvolvimentistas evoca a Doutrina da Descoberta do século XV. Bulas papais como o *Dum Diversas* (1452) promoviam a conquista de terras de infiéis através da escravidão de povos não-cristãos, da apropriação de seus bens e ocupação de suas terras. A Europa reconheceu essa doutrina internacionalmente, legitimando assim a conquista de um continente e criando um precedente político que ainda justifica hoje a apropriação de terras indígenas na Amazônia. A geografia não-cristã de ontem é a indígena de hoje. Desde que a Doutrina da Descoberta definiu a América como *terra nullius*, a violenta apropriação de terras se justifica com uma retórica de civilização, progresso e desenvolvimento. A aquisição de territórios indígenas continua sem consulta livre prévia e informada, servindo-se da mesma argumentação dada por Sepúlveda no Debate de Valladolid em 1551, a de para proteger os nativos de sua própria barbárie.

A prática da conquista, mais frequente do que se pretende, pode ser repensada como um desafio político global que diz respeito a todos nós indistintamente – não sendo, portanto, uma questão a ser tratada exclusivamente em fóruns indígenas. Desenvolvimento não pode ser imposto, nem tampouco revestido de uma aura singular. É uma prática iminentemente coletiva, caótica e diversa. Quiçá as concomitantes crises atuais - climática, social, econômica, política - sejam a oportunidade para apostar no des-desenvolvimento. E aprender com as cosmovivências coletivas que têm protegido o planeta e a humanidade.